



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA



Escola ^{do}
Legislativo
Dep. Lício Mauro da Silveira



FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES

LUGAR DA MULHER É ONDE ELA QUISER, INCLUSIVE NA POLÍTICA
Professora Melissa Figueiredo Silvestre

FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES

LUGAR DE MULHER É ONDE ELA QUISER, INCLUSIVE NA POLÍTICA

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Deputado Mauro de Nadal

1º Vice-Presidente: Nilso Berlanda
2º Vice-Presidente: Kennedy Nunes
1º Secretário: Ricardo Alba
2º Secretário: Rodrigo Minotto
3º Secretário: Padre Pedro Baldissera
4º Secretário: Laércio Schuster

Presidente da Escola do Legislativo
Deputada Marlene Fengler

Coordenadora da Escola do Legislativo
Adeliana Dal Pont

PROJETO DA EQUIPE GESTORA DA ESCOLA DO LEGISLATIVO

Alciléa Medeiros Cardoso: Assessoria Pedagógica
Aline Covolo Ravara: Qualificação Profissional
José Motta P. Filho: Secretaria Acadêmica
Juliana E. Bassetti: Comunicação
Laura J. Andrade Correa: Pesquisa e Produção do Conhecimento
Lyvia Mendes Correa: Ensino a Distância
Paulo Wilpert: Formação Política
Rubia Esbrólio: Políticas Públicas e Inclusão

EQUIPE ENVOLVIDA NA FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES

Paulo C. Wilpert: organização, produção e articulação
Marianne dos Santos: organização e produção
Alciléa M. Cardoso: assessoria pedagógica e técnica
Aline C. Ravara: produção, mediação e apresentação
Laura Correa: organização do material didático e apoio à mediação
Juliana E. Bassetti: material para divulgação
José Motta P. Filho: secretaria e apoio técnico
Lyvia Mendes Correa: produção e apoio técnico
Ana Carolina E. Garcia: secretaria
Marina S. de Assis: secretaria
Hedymara Bombassaro: apoio técnico
Mariana B. Teodosio: apoio à organização
Maria Eduarda W. Lemes: capa do material
Claudia F. de Souza: revisão do material

Elaboração do conteúdo ministrado e do material didático

Prof^a Melissa Figueiredo Silvestre

SUMÁRIO

1. GÊNERO E POLÍTICA	3
2. FEMINISMO: DEVOLUÇÃO DA HUMANIDADE ÀS MULHERES	4
3. ANÁLISE SOBRE OS AVANÇOS NOS DIREITO DAS MULHERES	4
4. LEVANTAMENTO DE INICIATIVAS PARLAMENTARES.....	5
5. CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES.....	6
6. SUGESTÕES PARA APROFUNDAMENTO.....	6
PENSANDO JUNTAS.....	7
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	9
SOBRE A AUTORA.....	9

LUGAR DE MULHER É ONDE ELA QUISER, INCLUSIVE NA POLÍTICA

Profª Melissa Figueiredo Silvestre

1. GÊNERO E POLÍTICA

A proposta deste módulo se debruça em apresentar elementos (dados históricos, notícias, indicadores sociais e afins) que acumulam informações sobre a disputa de espaços diversos e sua relação com o debate de gênero. Partindo desta categoria de análise, será possível desnudar a relação das árduas lutas que representaram direitos conquistados com a atual distribuição de tarefas do cotidiano, discutindo questões como a tripla jornada das mulheres, licença maternidade para as representantes políticas, dentre outras construções que nos permitirão passear pelo tema "Lugar de mulher é onde ela quiser, inclusive na política", propondo reflexões e avaliando reflexos na atual conjuntura.

Repensar papéis assumidos pelas mulheres, refletir sobre comportamentos reproduzidos sem questionamentos, suscitar perguntas sobre quais caminhos temos a trilhar, quais estruturas de poder queremos conquistar e quais ferramentas podemos incorporar são alguns dos eixos sobre os quais este módulo busca destrinchar.

2. FEMINISMO: DEVOLUÇÃO DA HUMANIDADE ÀS MULHERES

É preciso abordar a lógica do movimento feminista sob uma perspectiva política e coletiva, não individual. A aproximação aos estudos teóricos permite a descoberta e aquisição de conhecimento, mas a mudança só se efetiva frente a organização destes estudos socialmente falando, com a devida mobiliz(ação) que conquista adeptos e chama atenção do todo justamente porque, como bem colocou Lorena Duarte em uma de suas publicações: “E que ninguém se surpreenda que nós queiramos mudar as regras. Elas foram feitas às custas do nosso silêncio. E o silêncio acabou.” É neste sentido que urge debater aspectos históricos e sociológicos que corroboram com o atual cenário em que vivemos, galgado num passado que em muito nos invisibilizou, arrancou nossa credibilidade sem base alguma.

Esta anulação não se sustenta em quaisquer justificativas plausíveis, e o que temos é este convite para questionar as estruturas de poder que estão postas mas não são fixas, que a nossa busca por independência é legítima e constatada pela própria Constituição que nos assegura sobre direitos e obrigações iguais entre homens e mulheres. Mesmo porque, o movimento feminista é retrato da luta por igualdade social, tarefa esta que não enquadra os sujeitos como inimigos e sim os convoca a tomar consciência frente à importância da equidade, da distribuição dos espaços, do enfrentamento a muitas mãos diante de tudo que clama por mudança, justiça e melhoria.

3. ANÁLISE SOBRE OS AVANÇOS NOS DIREITO DAS MULHERES

Dos tantos rótulos sobre os quais somos coroadas, cabe revisitar períodos históricos não tão distantes em que, perante a lei, já tivemos que provar inocência e pobreza para acessar pensão alimentícia. Ainda sob respaldo do Código Civil de outras épocas, mulheres foram consideradas *incapazes*, demandavam autorização de seus cônjuges para poder exercer a prática laboral, além de limitações impostas sobre poder ou não administrar os bens da família. O passar dos anos se dá, e com ele alguns episódios como a construção do primeiro banheiro feminino para membras do Senado em 2016, bem como a aprovação de um Projeto de Lei em uma capital que prevê passe livre para vítimasde violência doméstica.

Pronunciar tais episódios não é exercício de celebração plena justamente porque representam “avanço” sob uma determinada perspectiva, mas escracham dores e retrocessos sob os ombros das mulheres. São nestas costas que recaem os altos índices de agressão, sem estes corpos que contabilizam estatísticas tão altas de vítimas de abuso e são, também, estas vidas que ainda ocupam porcentagens distantes dos 50% quando o assunto evoca total de cadeiras parlamentares preenchidas, participação em comissões, direção de filmes, o movimento de patentear inovações tecnológicas, e por aí seguimos. Lutando.

4. LEVANTAMENTO DE INICIATIVAS PARLAMENTARES

Refletir sobre às necessidades mais latentes de um povo é encontrar a potência da representatividade, do sentir na pele ou do dispensar esta experiência mas – ainda assim – sensibilizar-se com o que o outro passa, como lida e o papel do Estado nestes enfrentamentos. Debates como o da promoção de restaurantes populares e creches universitárias trazem pautas cuja urgência atinge a todos e todas, mas que o dia a dia nos mostra uma série de coletivos e movimentos protagonizados por mulheres que não só levantam tais pautas como também apresentam propostas pela sua regulamentação e aplicabilidade.

Trazer ao curso iniciativas como a do Espaço Coruja (RJ) ou pedidos de alteração no regimento interno de uma casa legislativa (MG) para que seja garantida a licença maternidade. Às parlamentares são exemplos desta construção de consciência mediante percalços defrontados por mulheres em seu dia a dia, que escracham novas provas de que a luta feminista inclui os homens frente a um cenário levantado em 2019: 36 propostas tramitando em âmbito federal pela ampliação da licença paternidade, que dialoga diretamente com a sobrecarga de mulheres no período do puerpério. E não somente nele, dadas as pesquisas publicadas com percentual de carga horária que uma mulher dedica aos afazeres do lar, familiares, burocráticas, de cuidado, e assim por diante.

5. CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES

O presente módulo, em sua distribuição e divisão de pautas, evoca a pretensão de aglutinar desde fatos corriqueiros do dia a dia até episódios históricos que causam certo choque dada a discrepância escrachada por tudo que atinge e interfere na manutenção da vida e qualidade da mesma quando o assunto são mulheres. Os estudos de caso usados mesclam cotidiano com intervenção de ações parlamentares, lançando luz sob os escombros dos discursos que, por tanto tempo e ainda hoje, buscam nos afastar e desestimular de ocupar certos espaços que são nossos por direito.

O caráter dinâmico que conta com interação frequente do público, somada às contribuições de suas vivências, dão um tom realista às mudanças que almejamos, apresentando iniciativas femininas que se encontram com sonhos daquelas que também sonham com equidade, com uma dia a dia em pé de igualdade entre homens e mulheres, seguindo a máxima que nos diz que, quando uma mulher avança, todo mundo é contemplado e, por tabela, avança junto. Apresentar conquistas e cargos ocupados por mulheres flerta com essa lógica, além de enfatizar a importância de que decisões de poder e deliberações que respingam na sociedade contem com a luta, a ponderação, e a vitória de todos, todas e todes.

6. SUGESTÕES PARA APROFUNDAMENTO

Livros

De quem é esta história? Feminismos para os tempos atuais – Rebecca Solnit

Feminismo para os 99% - Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser

O calibã e a bruxa – Silvia Federicci

PENSANDO JUNTAS

Destques e anotações sobre as aulas da Profª Melissa elaborados pelas gestoras da Escola do Legislativo, Laura Josani Andrade Correa e Aline Covolo Ravara

A palestrante começa a explanação sobre o que espera deste curso: que ele seja desnecessário em um futuro próximo, porque neste momento as mulheres já estarão ocupando lugares na política. A contribuição para esse futuro que almejamos é a capacitação baseada na construção coletiva do conhecimento com a finalidade de preparar o público feminino para a candidaturas a cargos eletivos. Em seguida, ela aponta o incômodo de alguns homens com o tema das mulheres na política. Tratando da necessidade de formação para aquelas que ambicionam participar dos parlamentos municipais, estaduais, federais e do executivo nas prefeituras, governos e presidência, assim desfazendo esse incômodo e reivindicando a representatividade feminina.

A chave de entendimento para a primeira aula está no legado que o nome carrega, ou ainda, na invisibilidade da história das mulheres representada pelo gesto do pai na escolha do nome das meninas recém-nascidas. Esse é o momento de aproximação da professora com as cursistas: qual é a história do seu nome? As participantes deixaram seus depoimentos. Nos relatos, percebemos os resquícios do patriarcado no registro de cada menina.

Neste ponto, as experiências apresentam semelhanças sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres logo ao nascerem. Assim, começamos a pensar nas reparações históricas possibilitadas pela representação política feminina. Melissa Figueiredo evidenciou o poder que o pai exercia citando que muitas vezes o nome e o sobrenome das meninas eram definidos e registrados sem a concordância ou a ciência da mãe.

A Professora destacou alguns exemplos da negação dos espaços para as mulheres, como a demora em implantar a licença maternidade para as representantes políticas e a falta de creches para os filhos das trabalhadoras.

Foram trazidas situações verídicas ressaltando o enfrentamento à violência de gênero a partir das políticas públicas como o transporte gratuito e as casas de apoio. Por fim, a aula motivou uma reflexão coletiva sobre a necessidade de inserir as mulheres na política.

FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES

"As mulheres não querem vingança, querem justiça, igualdade e equidade"*. A palestrante começa a aula ressaltando a sobrecarga das trabalhadoras. São inúmeras atividades realizadas todos os dias. São obrigações do serviço remunerado, tarefas domésticas, cuidados com as crianças e os idosos. São trabalhos muitas vezes invisibilizados que tomam toda a rotina da mulher. O cotidiano feminino é inundado pelas renúncias devido ao acúmulo de afazeres do lar nas relações sociais e pessoais. Fica a pergunta: como as mulheres podem participar da política tendo tantas atividades? Buscando rede de apoio: coletivos de mulheres, associações de bairro, conselhos escolares, movimentos sociais. E mais, a mulher não precisa ser a candidata, ela pode ser da equipe de uma mulher escolhida como representante do coletivo do qual participam.

Além da equipe feminina, as candidaturas das mulheres precisam de dados concretos obtidos em instituições de produção de conhecimento científico vinculados a universidades e institutos de pesquisa, como o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa, o INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, EPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, entre outros. Tendo em vista o enfraquecimento dos investimentos na produção acadêmica e na coleta de dados do Censo na atualidade, é necessário investir no fortalecimento da educação e da pesquisa e principalmente, na produção do conhecimento no Brasil.

É justamente a partir do mapeamento realizado no Censo que são pensadas as políticas públicas, ou seja, a realização das ações governamentais ocorre mediante o atendimento das questões apontadas pelas informações pesquisadas. Além da base teórica e científica, os alicerces da participação das mulheres na política devem passar pela consciência de classe, de gênero e de raça. Em seguida, pelo entendimento sobre o alinhamento entre as diretrizes da legenda partidária e os ideais da candidatura. Outro ponto fundamental é pensar a condição das mulheres no contexto social, político, histórico.

"As mulheres não são histéricas, elas são históricas"*. As mulheres precisam de reparação histórica devido aos desdobramentos do patriarcado, do machismo e da misoginia ainda presentes no cotidiano que deixaram cicatrizes profundas. As dificuldades impostas pela condição feminina devem ser enfrentadas por meio do debate democrático.

A atuação feminina na política é urgente. Almejamos uma realidade na qual as mulheres sejam representantes tanto do legislativo quanto do executivo. As mulheres cuidam da família com amor e dedicação, temos plenas condições de cuidar das cidades, dos estados e do país. As experiências mais bem sucedidas no enfrentamento a pandemia justamente são chefiadas por mulheres, como Angela Merkel, na Alemanha e Jacinda Ardern, na Nova Zelândia que souberam governar com empatia e efetividade no combate ao alastramento da crise sanitária.

*falas da professora Melissa

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. Feminismo para os 99%: um manifesto. Boitempo Editorial, 2019.

SALMAZIO, Camila. Pensões alimentícias refletem machismo e não consideram necessidades reais dos filhos, 2018. Acessado em 10 de Outubro de 2019: <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/16/pensoes-alimenticias-refletem-machismo-e-nao-consideram-necessidades-reais-dos-filhos>

SOLNIT, Rebecca. A mãe de todas as perguntas: reflexões sobre os novos feminismos. Editora Companhia das Letras, 2017.

Quiz Politize! Direitos da Criança e do Adolescente. Acessado em 12 de Novembro de 2019: <https://www.politize.com.br/tag/quiz-direitos-da-crianca-e-do-adolescente/>

Quiz Politize! Direitos das Mulheres ao redor do mundo. Acessado em 4 de Fevereiro de 2020: <https://www.politize.com.br/quiz-sobre-direitos-das-mulheres/>

Tag “Participação feminina” – Agência Brasil. Acessado em 9 de Março de 2020: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/tags/participacao-feminina>

TIBURI, Marcia. Feminismo em comum. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

SOBRE A AUTORA

Graduada em Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional pela UDESC com especialização em Educação e Tecnologia pela UFSCAR. Já trabalhou com projetos do Núcleo de Educação para a Cidadania (ALESC), atuou como educadora na Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração (RENAPSI) e atualmente é Coordenadora Pedagógica do Centro de Integração Empresa-Escola de Santa Catarina (CIEE-SC). Interessa-se e estuda sobre a história das mulheres, integrando movimentos que se debruçam em debates e ações sobre os nossos direitos.